

Ghislaine Duque
Doutora em Sociologia. Professora aposentada da UFCG.
E-mail: ghduque@uol.com.br

Pablo Sidersky
Doutorando em Sociologia. Assessor Técnico da AS-PTA.

Maria do Socorro de L. Oliveira
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFCG.
E-mail: mdlimaoliveira@yahoo.com.br

Raízes

Vol. 23, Nºs 01 e 02, jan.-dez./2004

Trabalho recebido em:
10/08/2004
Aprovado para publicação em:
15/02/2005

FUNDOS ROTATIVOS: ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL NO SEMI-ÁRIDO PARAIBANO – POTENCIAL E LIMITES DO RESGATE DAS TRADIÇÕES DE RECIPROCIDADE

RESUMO

O presente trabalho pretende discutir – a partir de experiências e pesquisas realizadas na região semi-árida da Paraíba – a importância das iniciativas organizacionais para o fortalecimento da agricultura familiar e sua contribuição para o desenvolvimento local. A discussão enfoca um aspecto particular: a relação entre iniciativas de ordem organizacional e as relações camponesas de reciprocidade. Esta problemática se mostra extremamente relevante se considerarmos, por um lado, que as comunidades rurais do semi-árido nordestino são permeadas por laços sociais tradicionais de reciprocidade, solidariedade e confiança que constituem o alicerce de todo um processo de sociabilidade; e, por outro, a importância da organização para um desenvolvimento rural autônomo e sustentável. O artigo pretende mostrar como o resgate dessas relações tradicionais de reciprocidade pode, ao mesmo tempo, ancorar a organização numa tradição ainda viva, mas também enfraquecê-la na medida em que permanecem relações hierárquicas herdadas do passado.

Palavras-chave: agricultura familiar, desenvolvimento local, organização e reciprocidade

ROTARY FUNDS: ORGANIZATION AND LOCAL DEVELOPMENT IN SEMI-ARID OF PARAÍBA – POTENTIAL AND LIMITS IN THE REVIVAL OF THE RECIPROCITY

ABSTRACT

This work aims discussing – from some experiences and researches carried out at the semi-arid region at the state of Paraíba – the importance of organisational actions towards the strengthening of family farming and their contributions to local development. The discussion focuses on a particular aspect: the relation between organisational initiatives and actions related to peasant relations of reciprocity. This issue becomes extremely relevant if we consider, on one side, the fact the rural communities of the North-east semi-arid region are strongly marked by traditional social links of reciprocity, solidarity and confidence, which constitute the basis of the whole process of sociability; and on the other side, the importance of the organisational actions in order to build a sustainable and autonomous rural development. This article intends to show how the consideration of traditional relations of reciprocity can, simultaneously, anchoring the organisation action in a still alive tradition, as well weaken it, due to the permanence of hierarchical relations inherited from the past.

Key words: family farming, local development, organization and reciprocity

I. INTRODUÇÃO

Diante da crise crônica do meio rural da região semi-árida nordestina, existe um debate sobre o tipo de mudanças que seriam necessárias e sobre as formas de implementá-las. Alguns afirmam que o problema é a concentração da terra, outros que o problema é o “atraso” técnico, a falta de crédito ou, ainda, as relações de poder existentes (“indústria da seca”). Estas divergências remetem ao debate geral em curso sobre o modelo de desenvolvimento rural vigente no Brasil¹.

Este debate, já antigo, sobre o Nordeste e seus problemas viu-se renovado nos últimos tempos. Um dos acontecimentos interessantes deste período recente é o aparecimento, a partir do final da década de 80, de atores novos, que foram se engajando, cada vez mais, no debate e na ação, na questão do desenvolvimento rural (Sabourin *et alii*, 2001). Diversas organizações de agricultores, grupos de pastoral e ONG’s se lançaram na busca de alternativas, procurando uma forma de desenvolvimento capaz de reconciliar menos miséria, menos degradação ambiental e mais cidadania (Almeida & Petersen: 2001), processo que continua em curso nos dias atuais. Muitas destas iniciativas tentam favorecer inovações nas unidades produtivas, mas freqüentemente concentram uma parcela significativa dos seus esforços na promoção de inovações na prática social.

Mas qual é a razão deste interesse especial pelo tema “inovação na prática social”? O Nordeste tem a reputação de ser uma região onde a organização das populações rurais é frágil. Muitas vezes se faz uma comparação desta situação com a Região Sul do Brasil, nitidamente “mais organizada”. Assim, por exemplo, Ricardo Abramovay (2002) fala da existência de uma atitude intelectual que acha normal que a maior parte dos créditos do Pronaf sejam para a Região Sul, já que, quando comparado com o Nordeste, é no Sul que “existe maior organização, maior tradição associativa e, portanto, condições mais propícias para o desenvolvimento”. Logo a seguir, este autor afirma que esta constatação não é errada, “mas ela é insuficiente...” (p. 117). Num outro nível, mas confirmando o sentido geral desta análise, Sabourin (1998: 01) fala da co-

munidade de Sapé, em Pintadas (BA), onde “apesar da importância dos laços de parentesco, sente-se, efetivamente, que na luta cotidiana pela água, pela terra e pela alimentação, em geral prevalecia o ‘cada um por si’.”

De fato, hoje em dia, é praticamente unânime a idéia de que é necessário reforçar a organização no meio rural nordestino, de modo que está sendo quase uma condição prévia para qualquer melhoria no padrão de vida da sua população. Até os programas governamentais que contam com o apoio do Banco Mundial insistem na participação e na organização dos “excluídos”. Como forma de induzir a organização, vários programas governamentais passaram a exigir a criação de associações comunitárias como canais obrigatórios para concessão de benefícios. Foi assim que a “febre” de fundação de associações de todo tipo veio se somar aos pacientes esforços de organização já existentes na região.

Logo foi possível perceber que nem todas essas iniciativas de organização eram iguais. Para alguns, uma associação é apenas uma formalidade que permite canalizar recursos de programas governamentais para a comunidade, dando uma nova feição às velhas práticas clientelistas. Para os novos atores, citados acima, este não pode ser o caminho. A questão passou a ser então: como fortalecer uma organização autêntica, de forma a representar um instrumento de maior autonomia para as famílias e as comunidades?

É, nesse contexto, que surgem iniciativas que buscam estimular a organização das comunidades procurando apoio em práticas tradicionais de reciprocidade camponesa. Argumenta-se que isso deve permitir que a organização crie raízes mais profundas nas comunidades. Uma dessas iniciativas de organização que pretende resgatar essas práticas camponesas de reciprocidade é a dos Fundos Rotativos Solidários (FRS)².

Segundo Mauss (1966), a reciprocidade é um tipo de sistema de relações de trocas baseado na lógica de dádiva. A dádiva compreende três momentos: aqueles do dar, do receber e do retribuir. “Nesse tipo de sistema, os bens circulam de forma horizontal e o objetivo mesmo da circulação destes bens é a perenização dos laços sociais” (França, 2001). A lógica da dádiva obedece a um tipo de

¹ Ver NEAD *et alii*, 2001 e Veiga 2001.

² Há dois anos, neste mesmo Grupo de Trabalho, apresentamos uma comunicação intitulada: *Experiências de crédito alternativo, fonte de solidariedade e cidadania*. Pretendíamos mostrar a contribuição dos Fundos Rotativos Solidários da região semi-árida da Paraíba para o acesso dos produtores familiares à cidadania. Continuamos desenvolvendo pesquisas sobre o tema, aprofundando também a relação entre os FRS e as tradições camponesas de reciprocidade e ajuda mútua.

determinação social específica, pois ao mesmo tempo em que é livre, é também obrigada; a doação é essencialmente, paradoxal. Isso porque o retorno, ou contradádiva, não é uma obrigação de fato: ele é, incerto, porém esperado. “As trocas e os contratos são feitos sob forma de presentes teoricamente voluntários, mas na realidade compulsoriamente dados e retribuídos” (*op. cit.*: 147). É o receio de exclusão do sistema socio-econômico, por não cumprir com essa regra rígida de reciprocidade, que gera a obrigação da contradádiva. Sendo assim, a dádiva constitui o sistema das relações propriamente sociais na medida em que estas são irredutíveis às relações de interesse puramente econômico.

“Nenhum dever é tão indispensável quanto o de retribuir um favor. Todos desconfiam de quem se esquece de um benefício prestado” (Cícero *apud* Putnam 1996: 182).

O presente trabalho se refere aos primeiros resultados de uma pesquisa de avaliação do funcionamento dos FRS em vários municípios de diversas regiões do Estado. Tal pesquisa foi realizada mediante reuniões com as comunidades beneficiadas, entrevistas e observações. Incorporou estudos de casos realizados em algumas comunidades, como este apresentado aqui, com o objetivo de entender, não só, se os FRS funcionam, mas de tentar identificar as causas de uma situação dada, positiva ou negativa.

O sistema dos FRS é baseado no princípio da organização solidária dos grupos de base. O Fundo é constituído de uma certa quantidade de dinheiro administrado, em princípio, por um grupo de vizinhos ou parentes, para financiar uma obra (por exemplo, a construção de cisternas, barragens, silos, etc.). Sendo o financiamento pago segundo modalidades determinadas pelo próprio grupo ou pela comunidade, o ideal é que o trabalho também seja realizado em mutirão por todos os membros do grupo. Inicialmente, como a quantia do Fundo só dá para beneficiar um ou dois membros, estes primeiros beneficiados são sorteados ou selecionados em função de sua maior necessidade, mas todos pagam solidariamente e, se possível, trabalham juntos. A medida que os reembolsos o permitem, os membros seguintes também são beneficiados. A idéia é que a solidariedade do grupo, baseada nos laços de reciprocidade, seja forte o bastante para garantir a contribuição de todos desde o início, e a continuidade da participação (tanto em dinheiro quanto em trabalho) dos que já foram beneficiados.

A nossa pesquisa encontrou casos em que o sistema funciona de forma exemplar: são notáveis o empenho de todos no trabalho conjunto, a regularidade das devoluções em dinheiro (às vezes, com grandes sacrifícios), a criatividade das soluções encontradas quando uma família passa por dificuldades que a impedem de pagar suas cotas. Nesses casos, observa-se, geralmente, a influência de uma liderança, cujo discurso é fortemente centrado em torno de valores humanos de solidariedade, discurso, não raras vezes, impregnado de uma ideologia religiosa.

Em outros casos, o funcionamento do sistema mostra falhas mais ou menos importantes. Vimos, por exemplo, atrasos nas devoluções, substituição do trabalho em mutirão pela contratação de diaristas (descaracterizando a imagem do trabalho solidário), ou ainda, a seleção prioritária não dos mais necessitados, mas dos mais capitalizados, com o argumento de que as devoluções seriam mais garantidas (alegação que raramente se comprova na prática!). Nessas comunidades, a solidariedade é menos evidente e o controle social não funciona com tanta eficiência para garantir o mesmo esforço de cada um no cumprimento de seus compromissos em relação ao grupo.

Nossa hipótese inicial era que um crédito alternativo do tipo dos FRS tem mais chances de funcionar bem lá onde laços de proximidade, interconhecimento e reciprocidade exercem uma pressão social capaz de levar cada um a cumprir com seus compromissos. Como explicado por Mauss (1966), o benefício recebido (a dádiva) geraria a obrigação moral da contradádiva, e a sanção pelo não cumprimento dessa obrigação seria a exclusão da comunidade (e, de fato, encontramos alguns casos em que havia um certo ostracismo, pelo menos um repúdio manifesto em relação a quem não cumpria com seu compromisso).

Na mesma linha de pensamento, imaginamos que essas comunidades marcadas por fortes laços de reciprocidade seriam mais propensas a desenvolver uma forte organização social, unindo forças para perseguir, em conjunto, objetivos comuns na linha de um desenvolvimento local autônomo. Pois, uma característica das comunidades do semi-árido que impede seu desenvolvimento é, precisamente, o que chamaríamos de “cultura da subalternidade”. A forte dependência da agricultura familiar em relação aos grandes proprietários e aos políticos gerou práticas clientelistas que hoje constituem talvez o obstáculo mais forte à autonomia e à capacidade de auto-determinação dessas famílias. As práticas assistencialistas os acostumaram a esperar tudo dos “homens lá de cima”, o que

acabou criando formas verticais de reciprocidade³, de tal forma que as populações dessas regiões acabam, por exemplo, votando para os que as dominam, reforçando seu poder em vez de defender seus próprios interesses. É essa “cultura da subalternidade” – que provém de uma situação de dependência aceita estrategicamente por não se visualizar outra alternativa – que poderia ser superada pela organização, repousando no alicerce da solidariedade. E aí se coloca nossa hipótese de que essa organização e superação da “cultura da subalternidade” estariam favorecidas lá onde existiriam fortes laços de reciprocidade.

No entanto, encontramos uns casos que nos levaram a recolocar essa hipótese de forma mais precisa, distinguindo o tipo de solidariedade – horizontal ou vertical – que decorria dos laços tradicionais de reciprocidade. O caso exemplar é o da comunidade de Pedra do Angico, onde quase todos os membros são descendentes do mesmo ancestral, com uma antiga tradição de reciprocidade em bases familiares, e onde o sistema dos FRS não é exatamente um sucesso.

2. A HISTÓRIA DA COMUNIDADE DE PEDRA DO ANGICO⁴

A história da comunidade de Pedra do Angico inicia-se com a compra de uma terra pelo Sr. Manoel Antônio, também conhecido como “Vô Neco”. Essa pessoa é a “referência fundadora” para a comunidade. Era um verdadeiro patriarca, de quem todos dependiam. Tinha muita gente trabalhando na terra do Vô, inclusive, vários “agregados” (em geral, eram parentes, sobrinhos, por exemplo, da “ala mais pobre” da família). Uns podiam cultivar um roçado “de graça”, mas também trabalhavam “de graça” no roçado do Manoel Antônio. Outros “agregados” eram meeiros, ou seja, dividiam a colheita com o “Vô” como forma de pagamento pelo uso da terra. Parece que essa “turma” (ou, pelo menos, uma parte dela) morava num anexo da casa dele. Os filhos, quando solteiros, trabalhavam no roçado do pai. Ao casar, construía a sua casa e ganhavam uma área de plantio, que não devia ultrapassar 2 ou 3 há, para o “sustento da casa”. Se o filho quisesse botar um roçado maior, então plantava “de meia” nas terras do “Vô”, fora daquele roçado que lhe tinha sido atribuído. Seu Manuel Antônio tinha, então, uma colhei-

ta do próprio roçado, cultivado com a mão de obra familiar e aquela de alguns agregados. Recebia também o produto das “meias”.

As relações com o mundo exterior também eram comandadas pelo “Vô”. Duas das características principais das sociedades camponesas tradicionais são, segundo Mendras (1978), uma autonomia relativa e uma integração parcial nas sociedades envolventes. Dessa forma, o meio rural penetra no urbano, e vice-versa, através do intercâmbio entre seus membros a partir de várias esferas sociais: o mercado, a política, os serviços de saúde, bancários, de educação, e outros. Em Pedra do Angico, embora alguns dos membros da família vez por outra estabelecessem algum contato ou vínculo com o mundo citadino, era o “Vô” que mantinha relações duráveis e permanentes com o mundo exterior. Assim, por exemplo, era ele quem tinha os contatos com os compradores de fora. Nesse sistema comercial, o crédito – um crédito anual de custeio – tinha grande importância. Os negociantes maiores tinham acesso à **Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro** – SANBRA⁵, que comprava e processava algodão e também sisal. Esse contato lhes permitia a obtenção de capital de giro com o qual forneciam crédito para os produtores, sobretudo, àqueles “de confiança”. O Manoel Antônio era uma das pessoas que gozavam da confiança dos negociantes. Ele costumava pegar dinheiro com eles a cada ano. Os “agregados” e os filhos também pegavam este tipo de crédito, mas sempre com o aval explícito do “Vô”. Os negociantes falavam que “só emprestavam porque o Manoel Antônio pediu”. E este se encarregava de fiscalizar, bem de perto, o bom uso desses recursos. Nesse esquema, em que a relação pessoal de confiança era crucial, a inadimplência era praticamente nula.

O “Vô” também pegava “empeitadas” para realizar diversos tipos de trabalho em fazendas vizinhas. Ele contratava o serviço e organizava o grupo (o que incluía, também, a remuneração dos participantes). Segundo contam, o pessoal “pobre” das redondezas gostava de trabalhar com ele. Era uma pessoa conhecida e apreciada na vizinhança. Um outro exemplo do papel crucial do “Vô” na relação com o mundo exterior é aquele “da política”. A cada eleição os candidatos visitavam a fazenda, mas freqüentavam apenas a casa do Manoel Antônio. Ele sempre avisava o visitante que em Pedra do Angico tinha votos tan-

³ Laços de reciprocidade que na realidade são interpretados como laços de solidariedade. O discurso dos “novos atores” faz uso desse tema da solidariedade ao qual os camponeses são muito sensíveis.

⁴ Os nomes de locais e de pessoas que aparecem neste trabalho são fictícios.

to para fulano como para o adversário. Se algum candidato achasse ruim esse arranjo, era só dizer: nessa eleição todos votariam no rival.... Os votos de Pedra de Angico iam sempre para ambos os lados da disputa eleitoral, sendo que um deles, amigo e “parente” do “Vô”, tinha a maioria. O resultado final era sempre determinado pelo “Vô”. O “Vô” faleceu em 1979, com mais de 90 anos de idade. No momento de seu falecimento, a terra tinha 150 ha. “na escritura”. Ao ser medida, verificou-se que a área tinha aproximadamente 210 há.

O que chama a atenção nessa história da origem da comunidade é o fato de que os laços dentro da família eram determinados pela relação com o patriarca. Quando um grupo de parentes trabalhava junto no conserto de uma cerca da fazenda, não era por retribuição de um favor entre iguais. Era mobilizado pelo patriarca. Se ele era a fonte de inúmeras dádivas, as correspondentes contradádivas configuravam relações verticais, de subordinação.

3. A COMUNIDADE HOJE

A divisão da terra foi decidida ainda pelo “Vô”, antes de ele falecer. Para cada um dos 10 filhos ficou uma área de entre 19 e 22 há., as diferenças tendo sido causadas por erros na medição. Mas a divisão só se efetivou com o falecimento do “Vô”. Criou-se, então, uma situação nova, em que as principais decisões, sobretudo, aquelas que diziam respeito ao uso da terra, não passavam mais pela vontade do “patriarca”. Atualmente, na Comunidade de Pedra do Angico existem 29 casas habitadas, o que permite estimar a população em, aproximadamente, 120 habitantes: 18 casas são habitadas por famílias dos filhos e dos netos, 9 por bisnetos, e apenas duas por famílias “vindas de fora” (ou seja, sem nenhum descendente direto do “Vô”), mas que, hoje, são ligadas ao resto da comunidade por laços sociais adquiridos através do casamento dos filhos com descendentes do “Vô”, relações de compadrio, trocas econômicas e participação nos diversos espaços de sociabilidade local.

Esta situação é o resultado de um importante cresci-

Tabela 1

Os “tipos” de famílias na comunidade de Pedra do Angico, segundo sua situação econômica⁶

<i>Típos</i>	<i>Nº de famílias</i>
Tipo A (unidades familiares mais "fortes")	4
Tipo B (unidades familiares "médias")	5
Tipo C (com pouca terra e/ou pouco roçado)	8
Tipo D (famílias "dependentes" de jovens sem terra)	8
Idosos	4
TOTAL	29

mento demográfico que se traduziu num intenso, porém desigual, processo de parcelamento da terra. Somando isto à crise do algodão, a situação econômica atual da maioria das famílias é bastante precária. É difícil imaginar o que seria da comunidade sem a chegada dos benefícios do INSS, ocorrida na década de 90.

A tabela seguinte visualiza a diferenciação econômica relativamente importante existente entre as famílias da comunidade.

Os laços principais se transformaram, passando de um tipo familiar extensivo para o tipo nuclear. E a grande família da Fazenda Pedra do Angico, regida pelo Vô, transformou-se na comunidade de mesmo nome. Se o grupo familiar dirigido pelo “Vô” era bastante coeso, uma vez o mesmo falecido, só sobrou a lembrança de quem sabia negociar com os políticos ou com os comerciantes, trocar favores em favor da família, oferecendo, em contrapartida, a mobilização desta. Também diminuíram as iniciativas de reciprocidade horizontal entre as famílias. Ao mesmo tempo, as relações com o universo exterior já não têm mais uma mediação única. Essas relações se diversificaram no campo econômico. Isto aconteceu também no campo político, como atesta o fato de existirem, atualmente, relações diversificadas entre diversos “grupos políticos” e as famílias da comunidade. Herdou-se um modelo de bom relacionamento com os “poderosos” da época, mas não o costume de unir forças entre iguais.

⁵ A SANBRA era uma empresa de grande porte, com sede em Campina Grande, que operava em toda a região.

⁶ Sem se deter em muitos detalhes, diremos que as famílias do “tipo” A são aquelas que têm uma situação econômica melhor na comunidade, possuindo mais terra, atividades agropecuárias (roçado e rebanho) maiores e um complemento de renda. Já as famílias do “tipo” D, encontram-se numa situação muito precária, morando nas terras já bem pequenas dos pais, tendo que trabalhar “na diária” e dependendo da renda dos pais (geralmente, as aposentadorias) para sobreviver.

Mas, se estas relações sociais se modificaram, elas permanecem no universo da reciprocidade vertical. Em particular, muitas das relações externas da comunidade continuam se pautando pela lógica da “troca de favores”, embora não seja uma solidariedade entre iguais mas, na verdade, uma relação de clientelismo. Evidentemente, esse tipo de relações tem reflexos naquelas que se tecem internamente, entre as famílias da própria comunidade. No entanto, apesar da relativa “desestruturação”, aqui comentada, pudemos constatar que as oportunidades de interação e convívio social entre as famílias de Pedra de Angico são maiores do que nas comunidades vizinhas. Algumas das atividades que permitem esta convivência requerem um certo grau de preparação (as atividades religiosas ou as reuniões organizadas pela ONG, por exemplo), enquanto que outras não precisam disto (a bodega, o ônibus escolar, etc.). Certas atividades que acontecem em Pedra de Angico atraem as famílias das comunidades vizinhas (como, por exemplo, várias atividades da Igreja: missas, preparação para primeira eucaristia e crisma). Neste nível, pode-se dizer que Pedra de Angico é mais “organizada” que as comunidades vizinhas, confirmando a visão de outros atores locais, que nos levou a privilegiar o estudo desta localidade.

Mas aparece, então, a pergunta: qual é natureza desta maior organização e qual a possível influência dela sobre, por exemplo, o funcionamento da associação comunitária e sobre a gestão das relações entre o conjunto de famílias que formam a comunidade e os diversos atores sociais externos? Incluindo, aqui, duas ONG’s e o STR.

4. A ASSOCIAÇÃO

O caso da associação comunitária nos parece bastante emblemático das mudanças que vêm ocorrendo na comunidade. A associação local foi fundada em 1983. A Prefeitura esteve envolvida nesse início. A associação serviu, nesses primeiros anos, para organizar atividades de lazer: futebol, festas juninas, forrós⁷. No final dos anos 80, passou a ser o canal pelo qual deviam passar as iniciativas governamentais de “distribuição de benefícios” para as comunidades. Nesse contexto, as eleições da associação,

que inicialmente eram “tranqüilas”, passaram a ser muito mais disputadas.

Assim, na eleição acontecida no início de 1991, houve uma disputa acirrada, com muita interferência dos políticos que estavam na Prefeitura na época. Mas quem ganhou foi o candidato do grupo oposto. Ao assumir, ele deu um impulso e uma maior organização à associação. A principal realização da nova diretoria foi a “obtenção” da eletrificação da comunidade. Cabe destacar que os líderes da associação foram muito ativos e também hábeis na condução das negociações com os políticos, o que permitiu que esta obra fosse realizada a contento muito antes que em qualquer comunidade vizinha.

E qual tem sido o trabalho da associação nos tempos recentes? A partir dos anos 90, a atuação do STR e de duas ONG’s cresceu bastante no município. Em 1994, depois da seca de 1993, a comunidade começou a trabalhar com um Banco de Sementes, com o apoio de uma dessas ONG’s. A partir de 1997, fez-se muito presente o trabalho da outra ONG. Em tese, este trabalho tem, como parceiro, a associação. Nos dias de hoje, ser sócio significa, em princípio, o pagamento de uma mensalidade de R\$ 1,00 (um real). Este dinheiro deveria servir para cobrir alguma despesa da própria associação (como, por exemplo, a preparação anual do balanço – obrigatório por lei). Pode também servir como “ajuda” para transportes urgentes de doentes, por exemplo. Um informante falou que, somente, “os que podem” pagam esta mensalidade. Mas, hoje, ela não está sendo paga, nem cobrada... De fato, como acontece com tantas na região, a associação não faz uma prestação de contas regular, nem tem a sua contabilidade atualizada⁸. Atualmente, seus dirigentes tentam regularizar esta situação, já que esse problema impede a associação de ser contemplada como parceira para qualquer iniciativa governamental.

Vale salientar que, ao tratar deste assunto da associação, para além da sua existência mais formal, interessa também observar o seu funcionamento. Alguns afirmam que não têm uma rotina regular de reuniões: estas acontecem “quando tem algo para discutir”. Já o então presidente foi mais categórico, afirmando que, hoje em dia, não existem reuniões da associação. Segundo ele, a causa disto é a “falta de tempo”, havendo muitas reuniões das

⁷ Atualmente, parece que, na comunidade, “só tem festas de casamento”, organizadas pelas famílias diretamente envolvidas, e várias pessoas mencionaram sentir falta das festas de “antigamente”.

⁸ Pela legislação em vigor, as associações devem, todos os anos, apresentar o seu balanço contábil ou sua declaração de rendimentos à Receita Federal.

ONG's, inclusive, nos finais de semana. Alguns acham que a associação já funcionou melhor, no tempo do presidente anterior. De fato, em todas as entrevistas feitas na comunidade, foi dito que a associação atualmente “estava parada”.

5. O FUNCIONAMENTO DOS FRS EM PEDRA DO ANGICO

Como já foi dito, foi a partir de 1997 que uma ONG se fez muito presente em Pedra do Angico, atuando em parceria com a associação. Seu objetivo é apoiar a experimentação e difusão na comunidade de técnicas e inovações que contribuam para uma melhor convivência dos produtores com a região semi-árida. São propostas tais como a diversificação das culturas, a captação e manejo dos recursos hídricos (como barragens subterrâneas e cisternas de placas), o aproveitamento da forragem nativa para manutenção do rebanho e a produção de silagem de culturas forrageiras, sobretudo, para os tempo de seca. São inovações simples e baratas, facilmente acessíveis aos produtores, e que aumentam, consideravelmente, sua capacidade de conviver no semi-árido. Além de favorecer o contato das famílias com as diversas inovações acima citadas, a ONG também investe no estímulo a formas novas de organização na comunidade, que têm como objetivo principal a gestão de Fundos Rotativos Solidários, ou seja (como vimos acima) pequenos fundos destinados ao financiamento de algumas destas inovações. Aliás, a maior parte das inovações mencionadas acima está associada a esse tipo de crédito. Espera-se que estas iniciativas possam fortalecer a organização da comunidade.

Assim, para a ONG, o FRS não é somente uma forma de crédito. A sua forma de funcionamento busca reavivar ou estimular o sentimento de solidariedade, reforçar a autonomia das famílias e também fortalecer a organização. De acordo com o discurso da ONG, o aspecto talvez mais interessante do sistema é o fato de que as decisões são tomadas pela comunidade reunida. Esta teria um poder real e se responsabilizaria solidariamente pelo cumprimento das decisões tomadas. É o grupo (ou a Associação, segundo os casos) que assumiria a gestão do Fundo: cobrança das prestações, compra do material, seleção ou sorteio dos beneficiados, discussão dos casos de inadim-

plência. Isto implica na realização de reuniões regulares e no registro dos diversos aspectos da gestão. O melhor resultado desse processo seria a aprendizagem da organização na prática, capacitando a comunidade e suas lideranças a assumir a condução de assuntos de seu interesse.

De fato, os FRS têm sido utilizados muito amplamente em Pedra do Angico. Mas, na realidade, não estão funcionando da forma prevista. Um primeiro problema refere-se à dinâmica social que gira em torno da gestão destes recursos. Entrevistando o então presidente da associação sobre este assunto, perguntamos como era a devolução na comunidade. Ele respondeu, muito enfaticamente, que “todo mundo só paga no Sindicato”. Ao manifestar a nossa surpresa, já que a proposta do FRS reza que ele deve ser gerido pela comunidade, este entrevistado afirmou que “isso de cobrar de vizinho, não dá”. Ele até exemplificou com o acontecido quando ele “só fez entregar o carnê”, e a pessoa depois “saiu falando que ele tinha ido cobrar...”. Este entrevistado deixou claro que ele não estava disposto a fazer esta “cobrança”. Ele foi mais longe, dizendo que estava bem contente com o fato de o “Sindicato ter ficado com o abacaxi”. Portanto, não há, na comunidade, o sentimento de possuir um capital, gerido pelo grupo e sob seu controle.

Aliás, outra constatação interessante é que a maioria dos entrevistados não distingue entre FRS, associação e a ONG: para eles, parece ser uma coisa só! Isto é, os recursos dos FRS não são deles, são “de fora”, e felizes são os que conseguem ter acesso a esse benefício. Provavelmente, aos olhos dos excluídos, estes “felizardos” ocupem o mesmo lugar na hierarquia social que os amigos dos políticos que conseguem favores. A idéia do pequeno grupo que faz funcionar o fundo por meio do sentimento da solidariedade não aparece na visão dessas pessoas. Pelo contrário, o Fundo aparece como algo que não lhes pertence e, ao mesmo tempo, privilégio de uns poucos. Assim, um entrevistado expressou que “o negócio (o FRS) só servia para uma turma”, e decidiu, então, que era melhor trabalhar nos seus afazeres e não mais “perder tempo com essas reuniões”.

De fato, a análise da distribuição dos recursos entre as famílias mostra uma nítida concentração em favor daquelas de nível econômico mais privilegiado⁹. Isto se explica em parte porque, para planejar benfeitorias, é preciso ter um mínimo de condições. Quem tem apenas o “chão de

⁹ Das 29 famílias da comunidade, somente 13 famílias foram atendidas com, pelo menos, uma inovação financiada com FRS. Isto significa que 16 famílias não tiveram acesso. Os FRS atenderam, sobretudo, as famílias que estão numa situação econômica melhor. Podemos observar que das 13 famílias atendidas, 8 pertencem aos tipos A e B. Isto significa que quase 90% das famílias destes tipos foram contem-

casa” não vai pensar em plantar palma. Por outro lado, quem tem melhor situação também apresenta mais “demandas” ao FRS. Finalmente, os mais “vivos” certamente estão entre estes últimos. Mas falta certamente imaginação para que todos possam ser beneficiados, nem que seja por uma cisterna.

É provavelmente que, devido a isso, os FRS dessa comunidade sejam aqueles que conhecem uma maior grau de inadimplência. De fato, segundo o presidente do STR, pouquíssimas famílias de Pedra do Angico estão pagando os FRS. O próprio presidente da associação (na época da pesquisa) afirmou que a sua comunidade era talvez a “campeã da falta de pagamento”, sendo, ele mesmo, um dos inadimplentes. Isso significa que não funcionam nem o “controle social”, nem a solidariedade que levaria os beneficiados a pagar para que outros membros da comunidade também possam ser atendidos. As relações tradicionais de reciprocidade pouco fizeram para alicerçar o bom funcionamento do FRS, provavelmente porque a herança diz respeito a relações verticais. A questão da inadimplência preocupa tanto o presidente do STR, quanto vários outros atores relacionados com estas iniciativas. Foram sugeridas diversas causas para esta situação. Alguns afirmam que o principal problema é a atitude dos “políticos”, por falarem para todo mundo que os recursos das cisternas não deveriam ser “devolvidos”, às vezes, usando o argumento de que o dinheiro “vem do Governo”.

Muitos alegam que a “falta de condições” – ou seja, a situação econômica precária das famílias, agravada pelo ano agrícola ruim – é o problema principal. Mas, embora seja uma razão real¹⁰, o presidente do STR não aposta nessa hipótese. Ele afirmou que existem grupos que encontraram formas de contornar o problema dos mais pobres. Um exemplo é o da comunidade de Caminho, na qual foram organizados bingos para ajudar os mais carentes a quitar suas prestações. Ele acha que o problema não é tanto “a falta de condições”. Aliás, segundo ele, “os que têm mais condições são os que menos querem pagar” (...) E esta opinião não é isolada na região: numa reunião ampla com representantes de várias comunidades em que existem FRS, a mesma coisa foi dita por vários dos presentes.

Nesta questão do pagamento das parcelas do FRS, um outro problema importante, mencionado nas entrevistas feitas em Pedra do Angico, é a falta de clareza e de organização. Houve pessoas que mencionaram que não pagavam porque “um ficava esperando pelo outro”, ou ainda, porque ainda não tinham recebido o carnê de pagamento. Em outro caso, uma pessoa entrevistada falou que no momento da entrevista estava com problemas financeiros (por causa de doença), mas que, quando tinha dinheiro disponível, “a associação não disse como era para pagar”.

A idéia de criar “grupos” em cada comunidade, que devem gerir o funcionamento dos recursos, busca, acreditamos, a “internalização” desta proposta. Ou seja, espera-se que o grupo assuma o montante de recursos que foi colocado à disposição dele como algo próprio. Mas esta visão não corresponde à percepção dos entrevistados. Para estes, o benefício de uma cisterna ou da tela, ou ainda, da barragem, cria um vínculo com algo externo, em geral, com a ONG. O “grupo solidário” da proposta original, por algum motivo, não “pegou”. Para a maior parte dos entrevistados, a visão é de um empréstimo, mesmo que seja em condições mais “amigáveis” que no caso de um banco. Numa situação destas, a idéia de uma pressão social de proximidade fica totalmente diluída. Atualmente, a “pressão”, tem-se alguma, vem de “fora”, embora não se identifique muito bem quem a exerce. Diante desta situação, muitos simplesmente esperam a cobrança chegar.

A situação descrita neste trabalho tem criado uma certa tensão entre estes agricultores e as pessoas que acompanham o FRS (a ONG, o STR e o Coletivo Municipal). Por um lado, os agricultores experimentadores¹¹, que são, ao mesmo tempo, os mais beneficiados pelos FRS e, portanto, os mais endividados, queixam-se do tempo que gastam com as atividades “das ONGs e do STR”. Ao mesmo tempo, eles acham que têm feito um bem enorme à ONG, ao implementarem as inovações. A prova desta importância do trabalho deles seria a quantidade de visitas que receberam nestes últimos tempos. Segundo essa visão, a própria ONG tem acumulado prestígio com este “sucesso” e, portanto, os experimentadores merecem alguma sorte de recompensa por isso. Trata-se, novamente, de uma concepção de troca de favores a nível vertical. O fato

pladas. Além disso, houve diferenças nos montantes financiados para as famílias que tiveram acesso a um FRS, sempre em favor das famílias de melhor situação.

¹⁰ Um dos motivos para isto é o fato de que os anos de 2001, 2002 e 2003 foram muito ruins para as atividades agropecuárias, devido à seca.

¹¹ Produtores que se dispõem a aplicar as inovações propostas para que sejam validadas em campo.

dos FRS não terem se firmado na esfera comunitária, como algo gerido internamente, reforça a interpretação nos termos da lógica duma relação de “reciprocidade”, mas não entre as famílias da comunidade e, sim, entre as famílias beneficiadas e os agentes externos.

6. À GUIZA DE CONCLUSÃO

A história de Pedra do Angico, como já foi evidenciado anteriormente, pode ser caracterizada como tendo sido marcada por uma “cultura da subalternidade” e reciprocidade vertical que antes se personificava no “Vô”. Embora não se possa dizer que ele tenha um substituto, alguns dos seus descendentes, que têm exercido funções de liderança em torno dos FRS (como a presidência da associação, por exemplo), parecem buscar uma posição social e política que muito se assemelha com a do seu antepassado. Isto coloca a questão da qualidade das lideranças como elemento importante nesta discussão.

Podemos dizer que, neste caso, o sistema de FRS, ao invés de promover a autonomia, recriou relações de troca de favores. Ao invés de reforçar a organização e a autoestima dos membros da comunidade, fortaleceu um pequeno grupo. Como isso pode ter acontecido? Interpretamos que o sistema de FRS assume e reforça os laços sociais tradicionais, adotando as características desses laços em cada localidade em que é implantado. Se a reciprocidade predominante é a horizontal, o FRS terá, conseqüentemente, características que ajudam a garantir sua rotatividade e sua perenidade, sendo a solidariedade sua maior característica; se, ao contrário, não existe essa solidariedade horizontal, alguns poucos podem se apropriar de certas relações, agindo em “nome” do conjunto – neste caso, via associação – usando-as em benefício próprio. De qualquer forma, eis o perigo de um sistema que se apóia nos laços sociais de um grupo. Nem sempre estes são simétricos e horizontais. E nem sempre correspondem às aspirações dos seus idealizadores.

Por outro lado, é bem possível que o bom funcionamento de uma proposta como esta precise fazer apelo a relações de um âmbito diferente. A associação, por exemplo, tem um conjunto de regras – registradas no estatuto e no regimento interno – que deveria pautar o seu funcionamento. Esse conjunto de regras trata de reuniões ou assembléias regulares, de prestação de contas, etc. A recomendação que acompanha a formação dos FRS sobre a necessidade de reuniões para gerir este Fundo vão, nos

parece, no mesmo sentido. E o sentido dessas regras seria o de estabelecer entre os membros do grupo e/ou da associação, e entre estes e o mundo exterior, relações que poderíamos encaixar no universo do “contrato impessoal”, ou “contrato democrático”, que contrasta com o universo das relações personalizadas, muitas vezes impregnadas de reciprocidade vertical ou clientelismo. Note-se, no entanto, que tanto no caso da associação quanto no dos FRS, estas relações menos personalizadas não estão funcionando.

Portanto, podemos concluir que os laços sociais de reciprocidade e confiança, que constituem a base do processo de sociabilidade camponesa podem ser tanto horizontais – e, nesse caso, reforçam a solidariedade com potencial de organização e conquista da autonomia – quanto verticais – dando origem, ou reforçando, uma cultura da subalternidade que impede a autonomia, favorecendo o clientelismo. No caso analisado, a inserção de novas organizações e novos atores no âmbito da comunidade não modificou essa paisagem social. Talvez atores “externos” tenham que avaliar, com cuidado, o contexto social no qual se inserem suas intervenções, de forma a não reforçar, involuntariamente, relações tradicionais hierárquicas. Por exemplo, no caso da obtenção da eletrificação em Pedra do Angico, as lideranças demonstraram, certamente, uma capacidade de negociação via associação, mas esta não indica necessariamente uma organização democrática. No caso da comunidade estudada, os resultados de nossa pesquisa sugerem que o resgate de práticas ancestrais corre o risco de enfraquecer a organização, na medida em que também permanecem vivas as relações hierárquicas herdadas do passado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. Desenvolvimento rural territorial e capital social. In: SABOURIN & TEIXEIRA (Org.). Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais. Brasília: EMBRAPA, UFPB e CIRAD, 2002.
- ALMEIDA, S. G. & PETERSEN, P. A crise socioambiental e conversão agroecológica da agricultura brasileira. Subsídios à formulação de diretrizes ambientais para o desenvolvimento agrícola. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2001.

FRANÇA, G. C. L. A problemática da economia solidária. In: Sociedade e Estado. Brasília:UnB. 2001.

MAUSS, M. Essai ser le don. Paris: Presses Universitaires de France, 1966.

MENDRAS, H. Sociedades camponesas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PUTNAM, R. D. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SABOURIN, E. Communautés rurales et agriculture familiale au Nordeste du Brésil: des mythes aux réalités. In: Synthèse du projet d'Appui au Développement de l'Agriculture Familiale au Nordeste Semi-Aride, Volet Organisations de producteurs et changements sociaux. Petrolina/Montpellier: EMBRAPA Semi-árido/CIRAD-TERA, 1998.

SABOURIN, E., DUQUÉ, G. & MALAGODI, E. Novos atores e novas funções do desenvolvimento rural no Nordeste brasileiro. In: Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 4, 2001, Belém. Anais... Belém:, SBSP – UFPA, 2001.